

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
HELLEN MONIQUE CARPES

GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Florianópolis

2016

HELLEN MONIQUE CARPES

GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Prof^a Dr^a. Marivete Gesser

Florianópolis

2016

HELLEN MONIQUE CARPES

GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Aprovado em 29 de novembro de 2016.

Coordenação do Curso:

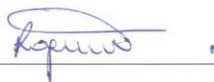


Olga Regina Zigelli Garcia

Banca Examinadora:



Olga Regina Zigelli Garcia



Raquel Barros Pinto Miguel



Anahi Guedes de Mello



Marivete Gesser - Orientadora

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Carpes, Hellen Monique
Gênero na Educação Infantil / Hellen Monique Carpes ;
orientadora, Marivete Gesser - Florianópolis, SC, 2016.
41 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Curso de Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Inclui referências

1. Educação. 3. Gênero. 4. Educação Infantil. I. Gesser,
Marivete. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Gênero e Diversidade na Escola (GDE). III. Título.

Dedico este trabalho a todas as crianças que frequentam a Educação Infantil. Que nesta caminhada consigam aprender a respeitar o próximo tornando nosso mundo melhor, com menos preconceito e mais inclusão.

AGRADECIMENTOS

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina.

Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Agradeço a minha orientadora Marivete Gesser por tornar possível o meu desejo de escrever sobre a temática. Sem sua dedicação e conhecimento isso não seria possível.

Agradeço a todos os professores, tutores e coordenadores do GDE que estiveram presentes nessa jornada de pós-graduação, por proporcionarem momentos de aprendizado, troca de experiências, superação e dedicação a esta profissão. Graças a vocês sairei desta pós-graduação mais forte e experiente para trilhar o meu caminho.

“[...] o aprendido é aquilo que fica depois que o esquecimento fez o seu trabalho.” (Rubem Alves)

RESUMO

Esta pesquisa teve como propósito analisar, por meio da produção científica relacionada ao tema, como as questões relativas a gênero estão presentes ou não no cotidiano da Educação Infantil. Para tanto, foi realizado um estudo de revisão sistemática de literatura no qual foram inseridos os estudos publicados a partir da publicação do Caderno de Orientação Sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Foram identificados 19 artigos que se enquadraram nos critérios estabelecidos. Esses foram analisados com base na metodologia de análise de conteúdo temática (BARDIN, 2000). Após a leitura flutuante dos artigos, identificou-se que esses abordam os seguintes temas: questões gerais de gênero; práticas voltadas a reprodução dos binarismos e fundamentalismos, a naturalização da heteronormatividade, a pedagogização dos corpos e das sexualidades, binarismos e fundamentalismos que permeiam a educação na infância.

Palavras-chave: Gênero. Identidade de Gênero. Educação Infantil.

ABSTRACT

The purpose of this research was to analyze, through the scientific production related to the theme, how gender issues are present or not in the daily life of Early Childhood Education. Therefore, a systematic literature review was carried out in which the published studies were published since the publication of the Sexual Orientation Notebook of the National Curricular Parameters. A total of 19 articles were identified that fit the established criteria. These were analyzed based on the methodology of thematic content analysis (BARDIN, 2000).

After the floating reading of the articles, it was identified that they address the following topics: general gender issues; Practices aimed at the reproduction of binarisms and fundamentalisms, the naturalization of heteronormativity, the pedagogization of bodies and sexualities, binarisms and fundamentalisms that permeate education in childhood.

Keywords: Genre. Gender Identity. Child education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF – Constituição Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

IPA – Associação Internacional pelo Direito da Criança Brincar

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

ONU – Organização das Nações Unidas

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

RCNEI – Referencial Curricular para a Educação Infantil

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	12
2.1	EDUCAÇÃO BRASILEIRA E RELAÇÕES DE GÊNERO.....	12
2.1.1	Educação Brasileira.....	12
2.1.2	Relações de Gênero.....	13
2.1.3	Gênero nas políticas públicas da Educação Brasileira	13
2.2	IDENTIDADE DE GÊNERO NA PRIMEIRA INFÂNCIA	15
2.3	GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	17
2.3.1	Questões de gênero na literatura infantil	17
2.3.2	Relações de gênero por meio de brinquedos e brincadeiras	18
3	MÉTODO	21
4	RESULTADOS	23
4.1	PERSPECTIVA TEÓRICA DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	23
4.2	REPRODUÇÃO BINÁRIA DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	25
4.2.1	Vivências do binarismo na Educação Infantil	26
4.3	PRÁTICAS VOLTADAS A DESCONSTRUÇÃO DO BINARISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	30
4.3.1	Homens na Educação Infantil: esse é um lugar possível?	33
4.3.2	Vivências dos professores homens na Educação Infantil.....	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

Para finalizar a especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) os cursistas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) devem elaborar uma pesquisa que servirá como base para o seu trabalho de conclusão de curso (TCC). Este consiste em pesquisar uma problemática relevante que possa contribuir de maneira eficaz à comunidade escolar. A temática a ser pesquisada neste TCC é: estudar a forma como as questões de gênero são abordadas na Educação Infantil por meio da literatura científica sobre o tema.

A temática gênero se encontra presente no cotidiano de nossa sociedade, e, na maioria das vezes, são caracterizadas como “problemas”. As pessoas não percebem o quão presente e importantes são estas temáticas em nosso dia-a-dia. Por isso, esta é alvo de conflitos e negligências de quem não a conhece ou compreende. Acredito que a questão gênero, foco principal desta pesquisa, tem contribuição importante para o contexto escolar, tendo em vista que é neste espaço que muitos conceitos e culturas são apresentados para nossas crianças.

A partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) 1997-1998 as questões pertinentes a gênero foram incluídas na educação formal brasileira. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) 1997-1998 caracterizam-se como um documento de grande importância, pois nele consta orientações educativas para o ensino básico, objetivando a melhoria no processo de ensino/aprendizagem. De acordo com Graupe e Bragagnollo (2015, p.20) “Tratava-se de uma proposta de conteúdos que visa recomendar a estrutura curricular de todo processo educacional do país, mas, no entanto, com a função de referencial, e não como direção única.”

As relações de gênero ganharam espaço na educação por meio do PCN no início da década de 90, porém publicado em 1997. As questões de gênero aparecem no tema transversal “Orientação Sexual” e se fazem presentes para que crianças e jovens reflitam sobre estereótipos e os papéis sociais atribuídos para cada sexo no ambiente escolar (GRAUPE E BRAGAGNOLLO, 2015).

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e, para muitas crianças, o início da vivência maior em sociedade. Por isso, acredito que o trabalho de combater os preconceitos deve se iniciar cada vez mais cedo. As crianças geralmente emanam a cultura vivenciada por suas famílias, amigos e sociedade, na qual muitas vezes relacionam com brinquedos, brincadeiras, cores, personagens infantis e profissões que devem ser de determinados a cada sexo.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar, por meio da produção científica relacionada ao tema, como as questões relativas a gênero estão presentes ou não no cotidiano

da Educação Infantil. Em relação aos objetivos específicos, esses consistem em: a) Identificar as perspectivas teóricas que subsidiam a produção científica relacionada à gênero e sexualidade na educação infantil; b) identificar, por meio da literatura científica que aborda resultados de pesquisas, se os professores e demais atores da educação infantil têm conseguido realizar uma prática voltada ao rompimento dos binarismos e fundamentalismos relacionados ao gênero e a sexualidade; c) identificar diferentes estratégias relacionadas à abordagem das questões de gênero e sexualidade no âmbito da educação infantil por meio dos artigos levantados na revisão de literatura.

A Educação Infantil se mostra uma nova possibilidade de visualizar o mundo e transformar algumas culturas que lhes foram impostas. Acredito que, conhecendo mais profundamente a Educação Infantil e suas perspectivas com relação a gênero, podemos contribuir com a construção de uma sociedade menos preconceituosa e mais inclusiva.

2 GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Antes de contextualizar sobre gênero no cotidiano da Educação Infantil acredito ser pertinente alguns conceitos para o melhor entendimento do leitor. Dentro desta perspectiva explanarei sobre a Educação no Brasil e sobre gênero de uma maneira mais superficial e no decorrer da pesquisa aprofundarei as questões.

2.1 EDUCAÇÃO BRASILEIRA E RELAÇÕES DE GÊNERO

2.1.1 Educação Brasileira

O direito à educação do povo brasileiro é assegurado por meio da Constituição Federal (1988) em que no seu art. 205 afirma que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) LEI Nº 8.069, em seu art.53 relata que:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Afora isso, a Organização das Nações Unidas (ONU) por meio do art.26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (2000) também assevera que a educação é dever do Estado e da família, por tanto um direito de todos.

A Educação das crianças, adolescentes e adultos brasileiros, segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 2 é “dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996)

A LDB explana em seu art. 4 § 1º que a educação é obrigatória dos 04 anos aos 17 anos de idade por meio da Redação dada pela Lei 12.796, de 2013. (BRASIL, 1996) A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, afirmada no art. 21 da LDB “I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;” (BRASIL, 1996) Desta maneira evidencia a importância de se pesquisar a Educação Infantil, já que é a partir desta que a educação regular se inicia.

2.1.2 Relações de Gênero

Para melhor compreensão das relações de gênero é preciso destacar sua definição atual, de acordo com Scott (1998 apud GROSSI ET AL, 1998) “[...] gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade.”

Infelizmente em nossa sociedade sempre houve uma grande diferença entre os gêneros masculino e feminino. O gênero masculino esteve relacionado com o papel de sexo forte, dominador, racional e sem sentimentos. Já o gênero feminino esteve relacionado ao papel de sexo frágil, submissa e sentimentalista (VIANNA e FINCO, 2009). Faço essas afirmações relacionando com o passado, pois algumas coisas mudaram após os movimentos feministas.

Os movimentos feministas de “primeira onda” e “segunda onda” objetivavam a luta pelos direitos de igualdade. O movimento de “primeira onda” lutou pelo direito ao voto feminino, a mulher poder ser eleita, possuir trabalho remunerado e educação. Posteriormente, o movimento de “segunda onda” lutou pelo direito da mulher ser unicamente responsável pelo seu corpo, por seu prazer e contra a subordinação da mulher perante o homem. (WOLFF, SILVA e PEDRO, 2015).

Esses movimentos são de grande valia na atualidade, porque graças as feministas que tiveram a coragem de lutar, hoje temos uma situação mais favorável do que no passado. Os movimentos feministas de “primeira onda” e “segunda onda” contribuíram para diminuir um pouco as diferenças entre os gêneros, mas a luta continua para conseguir uma sociedade com direito, efetivamente, igualitários e justos entre os gêneros feminino e masculino.

2.1.3 Gênero nas políticas públicas da Educação Brasileira

A Constituição Federal/1988, a LDB/1996, o PCN e o RCNEI são documentos frutos de determinados momentos históricos, expressando os valores, costumes e cultura da sociedade. São documentos de fundamental importância para a educação brasileira, são norteadores para uma escola de qualidade. Mas o que esses documentos relatam sobre as relações de gênero?

A Constituição Federal (1988) não faz nenhuma menção a palavra gênero, devido ao contexto da época. Contudo, em seu Art.3º afirma os direito de ambos os sexos “[...] bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Também cabe ressaltar que ao longo do documento a linguagem utilizada que faz nomeação aos indivíduos de ambos os sexos está de forma masculina.

Já na LDB/1996 no Art. 3º, I e IV afirmam que “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições de acesso e permanência na escola; (...)IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância” Poderíamos supor que os princípios de liberdade e tolerância deveriam estar voltados para as relações de gênero. Contudo, por exemplo, o significado de tolerância pode dar duplo entendimento: admitir um novo modo de pensar, agir e sentir que diferem entre os indivíduos, tolerância quanto ao aborto, diferentes formas de constituição familiar entre outros; Mas também pode significar suportar e desculpar que podem ser vistos como produção da desigualdade. (VIANNA e UNBEHAUM, 2004) Ou seja, as questões referentes a gênero não se encontram de maneira explícita na LDB, torna necessário uma leitura mais detalhada para destacar alguns pontos que podem favorecer as questões de gênero.

A partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) 1997-1998 as questões pertinentes a gênero foi incluída na educação formal brasileira. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) 1997-1998 caracterizam-se como um documento de grande importância, pois nele consta orientações educativas para o ensino básico, objetivando a melhoria no processo de ensino/aprendizagem. De acordo com Graupe e Bragagnollo (2015, p.20) “Tratava-se de uma proposta de conteúdos que visa recomendar a estrutura curricular de todo processo educacional do país, mas, no entanto, com a função de referencial, e não como direção única.”

A temática gênero ganhou espaço na educação por meio do PCN no início da década de 90, porém publicado em 1997. As questões de gênero aparecem no tema transversal “Orientação Sexual” e se faz presente para que crianças e jovens reflitam sobre estereótipos e os papéis sociais atribuídos para cada sexo no ambiente escolar. (GRAUPE e BRAGAGNOLLO, 2015)

Em compensação, muitos pesquisadores afirmam que o PCN foca na sexualidade e não nas questões referentes a gênero. A proposta, nesse sentido, reduz o problema e colabora para reforçar as diferenças entre meninos e meninas com enfoque biológico. (SILVA, 2007).

Um documento importante da Educação Infantil é o Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI) de 1998 que traz orientações didáticas e pedagógicas, por exemplo, a organização dos espaços, a formação dos/as profissionais da área, a metodologias de trabalho, os conteúdos de ensino e avaliação. O documento é dividido em três volumes: o primeiro aborda alguns conceitos para compreensão do trabalho na nessa modalidade de ensino, como: criança, educar, brincar e creche; o segundo é referente a Formação Pessoal, como temática: identidade e autonomia; o terceiro volume traz referencia ao Conhecimento do Mundo orientando diversas

linguagens como: matemática, comunicação, espaço, natureza, música e entre outros. (SILVA, 2015).

O ponto importante para as relações de gênero está no segundo volume do RCNEI (1998), pois o principal argumento do documento é que para construir sua identidade e autonomia a criança precisa conhecer o outro, o que os torna comum e o que os particulariza, sobre tudo a partir das diferenças. (SILVA, 2015). Desta maneira afirma-se a importância da compreensão das questões de gênero no cotidiano da Educação Infantil.

2.2 IDENTIDADE DE GÊNERO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Para melhor compreender a produção de conhecimentos sobre a temática em questão é necessário conhecer a concepção de criança/infância, pois assim conseguiremos entender a importância de gênero no cotidiano da Educação Infantil. Conhecendo as etapas do desenvolvimento humano, principalmente da infância, podemos perceber o quanto a identidade de gênero se faz presente nos frequentadores da modalidade de ensino, Educação Infantil.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) considera-se criança as pessoas até doze anos de idade incompletos.

Em compensação para Ferreira (2004) criança é todo ser humano de pouca idade, menino ou menina, é uma pessoa ingênua, infantil e imatura. Ou seja, ser criança está relacionado com o estado de maturidade da pessoa e não apenas pela idade (número), é considerado um sujeito inocente. Pinto e Sarmiento (1997, p.15) relatam que “[...] pela convenção dos Direitos da Criança, considera como criança todo o ser humano até os 18 anos.”

O conceito de criança segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010, p.12) afirma que

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Portanto, criança é sujeito histórico e de direitos que, por meio de suas vivências, constrói sua identidade pessoal.

Desse modo, para Ferreira (2004, p.476), infância é uma “[...] etapa da vida humana que vai do nascimento à puberdade”. De acordo com Kuhlmann (1998) Infância é como qualquer outra fase da vida. Toda sociedade tem seus sistemas de classes de idade e a cada uma

delas é associado um sistema de status e de papel. A infância é uma fase da vida como a adolescência, a fase adulta ou velhice.

A identidade de gênero começa a ser construída antes mesmo do nascimento de uma criança, quando os responsáveis após saber o sexo, iniciam a montagem do enxoval, na maioria das vezes rosa para menina e azul para menino, e com a escolha do nome. Portanto, “[...] as identidades sociais não estão nos indivíduos, mas imergem na interação entre os indivíduos agindo em práticas discursivas particulares nas quais estão posicionados.” (DENORA e MEHAN, 1994, p.160 apud LOPES, 2006. p.37).

A Educação Infantil atende crianças de 0 a 05 anos de idade e tem como objetivo principal “[...] o desenvolvimento integral da criança [...] em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 1996).

De acordo com o RCNEI volume 2 (BRASIL, 1998, p.13) “A construção da identidade e da autonomia diz respeito ao conhecimento, desenvolvimento e uso dos recursos pessoais para fazer frente às diferentes situações da vida.” A identidade traz em seu conceito a distinção, uma marca de diferença entre as pessoas, por exemplo, o nome, as características físicas, o modo de agir e pensar, assim como sua história pessoal. Sua construção é gradativa e se dá por meio das suas relações pessoais e culturais que está inserida. (BRASIL, 1998).

Segundo Paechter (2009, p.79 apud SILVA, 2015, p.01).

[...] as crianças pequenas se constroem como meninos e como meninas de forma bastante dicotômica. Isso é evidente nos primeiros anos em sala de aula, quando a necessidade das crianças sobre a clareza das fronteiras entre cada comunidade de prática para se estabelecerem como membros legítimos, os leva a fixar e a reforçar fortes distinções.

Para Guerra (2012) a produção das identidades, o que é ser menina/mulher e o que é ser menino/homem, acontece por meio de disputas de poder em que são definidos por quem tem o poder de dizer, A construção da identidade de gênero ocorre num contexto de disputa, em meio as relações de poder, instaurando processos de diferenciação estreitamente vinculados à produção dos corpos e às expectativas em torno deles. As crianças identificam, principalmente, nas marcas corporais de aparência externa, o que caracteriza ser menina ou menino.

Por tanto se torna necessário que a construção da identidade de gênero inicie na infância de maneira natural, conhecendo o outro e suas diferenças, assim aos poucos constituindo sua própria identidade.

2.3 GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No âmbito escolar sabemos que gênero não faz parte do currículo e por isso é tão pouco contemplado nas formações docentes. Desse modo, muitas vezes o que é pautado como conceito de gênero está relacionado ao conhecimento popular do que seja masculino e feminino ou está relacionado apenas a sexo/sexualidade.

O dia-a-dia da Educação Infantil é repleto de interações sociais por meio de diálogos entre crianças/crianças e crianças/adultos, da literatura, dos brinquedos e das brincadeiras e desta maneira, se (re)significa e caracteriza as questões referentes a gênero.

2.3.1 Questões de gênero na literatura infantil

A literatura infantil é parte fundamental para o aprendizado das crianças, por meio dela são aguçados os sonhos, as fantasias, os medos, a tristeza, a alegrias curiosidade e tantos outros sentimentos. Inúmeros são os personagens, reis, rainhas, duendes, bruxas, bruxos, lobos e outros que despertam nas crianças um grande fascínio e desejos de identidade.

A literatura é muito utilizada por educadores como artefato pedagógico para o ensino/aprendizagem, desenvolvendo o gosto pela leitura e para trabalhar temáticas e discutir assuntos de interesse do grupo.

A questão que pode problematizar a literatura infantil, é que ao entrarem em contato com as histórias/personagens as crianças podem percebê-las como verdade absoluta. Assim afirma Vidal e Neuls (2008, p.01)

[...] não se pode deixar de perceber que nesse uso escolar-pedagógico produzem-se verdades, subjetivam-se as crianças e os/as jovens, ensina-se o que é certo e o que é errado, o que é bom e o que é ruim, o que é justo ou é desonesto, reforçando estes entre outros binarismos sociais.

Guerra (2012) aponta que as histórias infantis, principalmente, as das princesas são repletas de magia, de encantamento e de fantasias, em decorrente disso ensinam às crianças determinadas formas de ser masculino e feminino. No caso das princesas, são jovens, belas e sexuais, possuem corpos perfeitos e são heterossexuais. “Tais características imputadas a homens e mulheres falam daquilo que somos, daquilo que não devemos ser e, também, daquilo que podemos nos tornar.” (GUERRA, 2012, p. 228).

Filha (2014) em 2013 realizou um estudo sobre os livros infantis que fazem menção as questões de gênero, observou que varios libros seguiam a linha biológica para explicar as diferenças entre meninos e meninas, outros especialmente os mais recentes, abordam os esteriótipos, os “papéis” de gênero e a produção cultural de gênero, relatando a construção social das diferenças entre meninos e meninas.

Os livros também investigam a reflexão da criança partindo do que “se” considera correto para o gênero nessa fase da vida. Contudo, cabe ressaltar, que poucos livros possuem a participação das crinaças na produção textual e ilustrativa, ao contrario, possuem linguagens e preconceitos adultos, assim a obra se mantém sob a tutela dos discursos adultos. (FILHA, 2014).

Diante disso, é importante que os educadores possibilitem histórias que permitam a reflexão por parte das crianças. Não apenas apresente as histórias, mas que ao final utilize-se de dialogo para melhor interpretação e compreensão dos fatos e situações descritos.

2.3.2 Relação de gênero por meio de brinquedos e brincadeiras

Atualmente na literatura o brincar vem sendo revelado como ponto importante para o desenvolvimento saudável da criança, sendo assim, é necessário criar espaços lúdicos em que as crianças e adolescentes possam explorar o ambiente por meio de brincadeiras e da interação com outros. (LEMOS, et al, 2009)

Além disso, a Associação Internacional pelo direito da Criança Brincar – IPA 1979 (Malta), 1982 (Viena) e 1989 (Barcelona) declara os princípios norteadores do brincar:

- SAÚDE: brincar é essencial para saúde física e mental das crianças.
- EDUCAÇÃO: brincar faz parte do processo da formação educativa do ser humano.
- BEM-ESTAR – AÇÃO SOCIAL: o brincar é fundamental para a vida familiar e comunitária.
- LAZER NO TEMPO LIVRE: a criança precisa de tempo para brincar em seu tempo de lazer.
- PLANEJAMENTO: as necessidades da criança devem ter prioridade no planejamento do equipamento social. (ALMEIDA, 2010, p.14)

De acordo com Becaro e Dellalibera-Joviliano (2011) o brincar está relacionado ao desenvolvimento infantil, é como uma linguagem própria da criança, na qual é por meio do brincar e dos brinquedos, dependendo de cada idade, ela irá desenvolver seu potencial cognitivo, linguagem, criatividade e psicomotricidade.

Do mesmo modo acredita-se que o brincar desenvolve a imaginação, fundamenta afetos, explora habilidades e privilegia o desenvolvimento cognitivo e as interações. A brincadeira quando bem estruturada estimula a memória, exalta as emoções, desenvolve a linguagem interior e exterior (ANTUNES, 2000).

Em compensação, Vygotsky (1994) afirma que o brinquedo não é o aspecto predominante da infância, porém é um fator importante no seu desenvolvimento. O brinquedo cria uma zona de desenvolvimento proximal da criança, ou seja, o brinquedo faz com que a criança comporte-se além de seu comportamento habitual de sua idade, o brinquedo é como fosse maior do que na realidade. Quando uma criança brinca com sua boneca imita quase exatamente o que sua mãe faz com ela. Neste caso o brinquedo é mais uma lembrança do que aconteceu do que imaginação. “É mais a memória em ação do que uma situação imaginária nova.” (VYGOTSKY, 1994, p.135).

Como vimos o brincar e os brinquedos são situações e objetos pertinentes para o desenvolvimentos das crianças. Entretanto, existe brinquedos e brincadeiras específicos para meninos e meninas? Estes podem ser compartilhados e aproveitados por ambos os sexos? Infelizmente, existem muitas críticas em relação ao papel feminino e masculino em nossa sociedade, por exemplo, meninos não podem brincar com bonecas e as meninas não podem brincar com os carrinhos, afinal são brinquedos distintos para cada sexo?

O ideal é que no ambiente escolar as crianças possam desmitificar estas situações e consigam perceber que os brinquedos e brincadeiras são para ser brincados por quem tem vontade e prazer, independente do sexo. Porém, esta não é a realidade de nossas escolas,

[...] a escola é parte importante neste processo. Seus estudos apontam para o modo como as instituições e suas práticas ensinam certas concepções, fazendo com que certas condutas e formas de comportamento, diferenciadas pelo sexo, sejam aprendidas e interiorizadas, tornando-se quase "naturais". (LOURO, 1997; 2000; 2002 apud FINCO, 2003, P.95)

O brinquedo é tão importante para as crianças que Furlani (2012) alerta que a construção da equidade de gênero começa com a disponibilidade dos brinquedos, ou seja, sem restrição ou qualquer segregação de acesso baseada no sexo das crianças.

Furlani (2012) apresenta duas situações muito comuns entre as crianças, um menino brincando com uma boneca/casinha e uma menina brincando com um carrinho, devemos observar que a manipulação, a interação, a exploração dos brinquedos permite:

- o aprendizado de habilidades específicas, como coordenação motora, reflexos, visão lateral;

- o exercício de atitudes, como desenvoltura no trânsito, controle das emoções, iniciativa, segurança, assertividade, responsabilidade, confiança;
- experimentação para o exercício das funções futuras, como o de pai, de mãe, de professora, de professor, de irmão mais velho, de irmã mais velha, tutor, responsável. (FURLANI, 2012, p.301).

Entretanto, alguns adultos explicitam seu pânico pedagógico diante dessas situações e demonstram sua homofobia e sua misoginia.

Enquanto ser homossexual, gay, lésbica, travesti, transexual, transgênero for algo considerado negativo, em nossa cultura, pais e mães, professores e professoras se sentirão muito desconfortáveis em permitir que meninos e meninas brinquem, livremente, com seus brinquedos. (FURLANI, 2012, p.302)

A escola, no caso da Educação Infantil, deve ser um lugar que possibilite o despertar para um novo mundo, sem preconceitos e com diversas possibilidades de ser/estar criança.

No próximo tópico explanarei sobre a pesquisa científica realizada por meio de sites acadêmicos sobre a temática gênero na Educação Infantil. Buscarei contemplar o que os autores abordam sobre essa questão para melhor responder aos meus objetivos iniciais.

3 MÉTODO

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de revisão integrativa, ou seja, é uma modalidade que busca sintetizar resultados de pesquisas sobre um determinado tema, possibilitando organizar e aprofundar o conhecimento científico em uma área do saber. (MENDES, SILVEIRA & GALVÃO, 2008) Esta pretende elaborar uma síntese consistente da produção científica sobre a temática em questão, visando indicar caminhos futuros para novas investigações.

As etapas da revisão integrativa incluem: “identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; estabelecimento de critérios de exclusão e inclusão; definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/categorização dos estudos; avaliação e análise dos estudos incluídos na revisão; interpretação dos resultados; [...]” (GIROND & SANTOS, 2011, p. 380). No caso desta pesquisa, o enfoque do material selecionado e analisado partiu do objetivo de investigar as questões de gênero no âmbito na Educação Infantil, não selecionado por determinado período de tempo (datas), até mesmo pelo pouco conteúdo encontrado sobre a temática em questão.

Optou-se por selecionar materiais que apresentassem validade metodológica, publicados em periódicos científicos nacionais e reconhecidos pela comunidade acadêmica, principalmente na educação. As bases de dados utilizadas para esta pesquisa foram: SciELO, PepSIC, Lilacs e ANPED. O objetivo foi encontrar materiais nacionais que analisassem as relações de gênero na Educação Infantil brasileira.

Foram selecionados artigos científicos que continham em seu resumo ou palavras-chave pelo menos um descritor em quatro conjuntos de termo: gênero, infância, sexualidade, identidade de gênero, todos acompanhados pelo descritor “educação infantil”. Os artigos que se repetiram foram considerados somente uma vez.

A próxima etapa consistiu a leitura na íntegra de todos os artigos selecionados. Foram previamente selecionados 27 (vinte e sete) artigos científicos e após a realização da leitura, observou-se que 19 (dezenove) se enquadravam com os objetivos desta pesquisa, gênero na Educação Infantil.

Na sequência foi utilizado um formulário – criado pela autora desta revisão – como modo de pré-seleção dos conteúdos analisados. Estes foram subdivididos e agrupados conforme unidades da temática em estudo. A seleção foi realizada de acordo com as questões/assuntos que mais se ressaltavam em cada texto, na sequência forma agrupadas conforme se repetiam com outras pesquisas analisadas.

Por último, a partir da análise do formulário, os resultados foram estruturados nos seguintes eixos temáticos: Perspectiva teórica de gênero na Educação Infantil; Reprodução binária e fundamentalismo do gênero na Educação Infantil; e Práticas voltadas a desconstrução do binarismo na Educação Infantil.

As informações obtidas foram analisadas com base na análise de conteúdo temática a qual, segundo Bardin (2000), remete a uma operação de “desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (Bardin, 2000, p. 153), o que possibilita a obtenção de temas significativos para a explicação do material coletado. Os dados foram sistematizados em categorias e analisados qualitativamente de acordo com os conteúdos obtidos por meio da leitura dos artigos. Após esta etapa, foram distribuídos em temas definidos *a posteriori*. A partir desta identificação dos sentidos de cada categoria, estas foram devidamente agrupadas e relacionadas com os autores e autoras vinculados à perspectiva pós-estruturalista. Os autores representantes dessa perspectiva avaliam as questões de gênero na Educação infantil, bem como, a heteronormatividade, pedagogização, cultura e binarismo que permeiam a educação de nossas crianças. Assim promovendo uma reflexão em torno da temática para uma possível desconstrução da realidade atual.

4 RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa encontram-se subdivididos em: Perspectiva teórica de gênero na Educação Infantil, abordando o que os autores explanam sobre a temática; No segundo tópico fala sobre a Reprodução Binária na Educação Infantil, que possibilita ao leitor compreender na prática escolar o binarismo existente entre crianças/adultos e crianças/crianças; E por último aborda sobre as Práticas voltadas a desconstrução do Binarismo na Educação Infantil, como os educadores podem combater o binarismo na Educação Infantil.

4.1 PERSPECTIVA TEÓRICA DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste tópico, iremos destacar o que alguns autores selecionados para este TCC abordam sobre as questões de gênero na Educação Infantil. “[...] Em algumas línguas tais como português (criança), francês (enfant) e inglês (child), a palavra criança é sobrecomum e não é do gênero masculino e feminino como, por exemplo, em italiano (bambino, bambina) e espanhol (niños, niñas)”. (FARIA, 2006, p.281)

De acordo com Hansen ET AL (2007), Vianna e Finco (2009) e Silva (2015) a criança é um ser biologicamente cultural, ou seja, é por meio da cultura que se constitui como ser humano. Segundo Hansen Et. Al (2007) a partir dos três anos de idade as crianças já possuem a capacidade de atribuir rótulos de gênero, tanto para si quanto para os outros. Por isso, alguns pais e professores se “preocupam” com a construção da identidade de gênero precoce em crianças, associada às práticas em parceria com o mesmo sexo, indicando “temores” quanto a possibilidade de ela desenvolver a homossexualidade. (SILVA, 2007).

Filha (2014) faz menção dos livros infantis com relação às questões de gênero para que pais e professores consigam dialogar sobre a temática de maneira compreensível com as crianças. Para isso, realizou, juntamente com outros autores, no ano de 2013 a pesquisa intitulada Representações de violência dentro e fora da escola nas vozes de crianças, com o apoio do CNPq (2012-2013). Por meio dessa abordagem, produziram coletivamente três livros, observando especificamente questões de gênero e de violência contra crianças. No primeiro assunto – questões de gênero – perceberam haver vários livros que seguiam uma linha biológica para explicar a diferença entre meninos e meninas; outros, especialmente os mais recentes, buscavam problematizar os estereótipos, os “papéis” de gênero e a produção cultural dos gêneros, apontando para a construção social das diferenças entre meninos e meninas. (FILHA, 2014, P.163)

Já Schmidt (2011) procura relatar em sua pesquisa a relação de Sigmund Freud e gênero, destacando a sexualidade, afirmando que a educação deve ser mais sublimadora do que repressora.

Segundo ele, existe uma sexualidade infantil desde os primórdios da realidade psíquica e ela é determinante na vida da criança: o Complexo de Édipo, o amor a si próprio (narcisismo), a disposição para as perversões, o erotismo anal e a curiosidade sexual são a matéria psíquica da qual é feita a infância. (SCHMIDT, 2011, p.120)

Para Freud apud Schmidt (2011) a vida sexual das crianças geralmente inicia-se de maneira acessível à observação por volta dos três ou quatro anos de idade. É durante este período de latência total ou parcial que se formam as forças mentais que mais tarde poderão impedir o curso dos impulsos sexuais: o asco, o sentimento de vergonha, as exigências dos ideais estéticos e morais.

Desse modo, Silva (2015), Rosemberg (1999) e Faria (2006) afirmam que as questões de gênero precisam ser abordadas na Educação Infantil e que as desigualdades de gênero devem ser desconstruídas viabilizando identidades plurais que sejam igualmente valorizadas sem distinção de sexo, ou seja, com equidade.

Diante das perspectivas citadas a cima e as decorrentes neste TCC observou-se que os autores e teorias aqui selecionados veem a partir da abordagem pós-estruturalista. A abordagem pós-estruturalista possui uma linguagem peculiar em seus textos, “não apenas reflete o modo pelo qual se conhece, mas que ela faz mais do que isso, que ela institui um jeito de conhecer.” (LOURO, 2007, p.214) Ou seja, se faz praticar, com frequência, o autoquestionamento revelando que não dominamos totalmente um assunto ou uma questão. O leitor é convidado constantemente a intervir ou tomar posição, assim, sendo a leitura pode transformar-se num processo investigativo e instigante. (LOURO, 2007)

A abordagem pós-estruturalista é pertinente para realizar crítica ao binarismo, pois possibilita questionar as oposições consagradas, entre homem/mulher, masculino/feminino e heterossexual/homossexual. Não sendo possíveis “verdades absolutas”, ou seja, apenas um único registro. (LOURO, 2007)

Os tópicos a seguir, a partir das perspectivas teóricas utilizadas pelos autores, têm como objetivo fazer o leitor refletir, questionar e provavelmente transformar suas opiniões. Estes nos remetem ao binarismo existente em nossa sociedade, principalmente na Educação Infantil, e em contra partida ações que possibilitam as mudanças dessa realidade.

4.2 REPRODUÇÃO BINÁRIA DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir da análise dos artigos realizada nesta pesquisa, identificou-se 09 (nove) artigos que abordam os binarismos relacionados ao gênero sendo reproduzidos nas escolas e os efeitos deles nas práticas pedagógicas e na construção da identidade de gênero. Na busca pela construção da nossa identidade nos deparamos desde cedo com um fator, o binarismo, em que classificamos o bom e ruim, normal e anormal, certo e errado, eu e o outro. (SILVA, 2015). Do mesmo modo, identificou-se que as questões pertinentes à construção da identidade de gênero estão relacionadas ao binarismo, ou seja, a masculinidade se constrói em oposição à feminilidade.

Para Buss-Simão (2013), Silva e Luz (2010) e Gomes (2006) ao nascerem, e até mesmo antes do nascimento, às crianças têm seu sexo definido apenas por sua genitália trazendo marcas para toda vida que as caracterizam como menino ou menina. Essas marcas estão relacionadas ao nome da criança, a cor do enxoval (azul para menino e rosa para menina), os objetos e brinquedos disponíveis para as crianças (carrinhos e bonecas), entre outros.

Em outras palavras, a construção da identidade de gênero não é inata e nem natural, é algo aprendido culturalmente. Assim, gênero é pensado como construção social e relacional, na qual as diferenças biológicas não são descartadas, fazendo assim parte do processo da construção da identidade de cada pessoa. (SILVA, 2015; MARIANO ET AL 2012). Contudo, Buss-Simão (2013), Vianna e Finco (2009), Silva (2007) e Gomes (2006) recentemente relatam que gênero é compreendido como construção e produção de relações e ações sociais, e não é cabível relacioná-lo com a anatomia e fisiologia do corpo como justificativa para a construção da identidade de gênero na sociedade moderna. Mas como a criança constrói sua identidade? A construção de gênero é determinada pela cultura, por tanto, com marcas dessa cultura. Está se dá por meio das estruturas sociais familiares, valores e crenças, convívio nas creches/escolas e interações sociais que incidem sobre o comportamento, construindo o gosto pessoal de cada criança.

Os trabalhos de Buss-Simão (2013) e Gomes (2006) indicam que na primeira infância, por volta dos 02 e 03 anos de idade, as crianças já conseguem definir como pertencentes a um gênero. Porém, nesta idade ainda não conseguem ter uma noção do posicionamento social implicado em pertencer a um determinado gênero, o que acontece na segunda etapa. Portanto, ao final da primeira infância, a criança já desenvolveu sua autoestima, senso de moralidade, empatia, responsabilidade, aprendizado, valores e crenças adquiridos culturalmente, formando assim sua personalidade.

Para muitas crianças, a entrada na Educação Infantil (creche e pré-escola) pode ser considerada como o primeiro lugar público que frequentam com regularidade. Essa etapa marca o início da experiência discente, tendo assim a oportunidade de conviver em um grupo social mais amplo e com características diferentes ao meio familiar. Nessa fase, a criança passa a maior parte do tempo com outras crianças de diversas classes sociais, religiões, valores, comportamentos, experiências, aprendizagens e etnias (VIANNA E FINCO, 2009; SILVA E LUZ, 2010; MARIANAO ET AL 2012).

Alguns autores refletem sobre como nossas crianças estão sendo educadas diante das questões que permeiam as relações de gênero: seja sobre o binarismo e/ou como constroem sua identidade. Mariano et al (2012), Mariano e Altmann (2016), Vianna e Finco (2009) e Silva e Luz (2010) explanam que a maneira como nossas crianças estão sendo educadas influencia na sua formação, pois pode contribuir para que se tornem mais completos e/ou para limitar suas iniciativas e aspirações. Na creche, essa formação é possibilitada pelos professores, ou seja, na forma que interagem com elas. Entretanto, essa formação ainda se dá pela feminilização e masculinização, “mocinhas” ou “moleques”.

Para que se possa compreender melhor como se manifesta a relação binária de gênero na Educação Infantil alguns autores realizaram pesquisas de campo para verificar na prática como está sendo construída a identidade de nossas crianças. Essas pesquisas foram realizadas com as crianças e com educadores e serão explanadas no tópico abaixo.

4.2.1 Vivências do binarismo na Educação Infantil

A Educação Infantil durante muito tempo foi vista apenas como um local para que as crianças fossem cuidadas enquanto suas mães trabalhavam fora de casa. Atualmente as creches e pré-escolas receberam um novo olhar, em que não apenas é aceitável o cuidar (fisicamente) das crianças, mas sim o ato de educar como complemento ao meio familiar e social.

Quando se realiza pesquisas voltadas para a primeira etapa da educação básica – Educação Infantil – percebemos o quão importante esta etapa é na formação psicológica e social de nossas crianças. Como já relatado nesta pesquisa, é a partir da convivência com outras crianças e outro ambiente, não o familiar, que a criança tem a possibilidade de formar sua identidade de maneira mais completa e diversificada.

Durante as pesquisas teóricas realizadas para este TCC, ficou evidente, a partir das produções de alguns autores, a necessidade de se observar e dialogar com o cotidiano da Educação Infantil para que se consiga transmitir a realidade vivenciada por nossas crianças.

Dos 19 (dezenove) artigos selecionados para compor esta pesquisa, 05 (cinco) identificaram a necessidade de observar as crianças e os educadores para que assim conseguissem avaliar como as questões binárias de gênero se encontram presentes na Educação Infantil.

A partir desse momento, irei apresentar os achados de pesquisas e contribuições apresentadas pelos estudos levantados que abordam o tema acerca da reprodução dos binarismos na educação infantil. Assim, poder-se-á contextualizar as discussões que tem sido realizadas no campo delimitado.

Gomes (2006) realizou sua pesquisa em uma pré-escola no Rio Grande do Sul. Em sua pesquisa observou que, por parte das educadoras, existe uma diferença de cuidar entre meninos e meninas, está se dá devido as diferenças biológicas. Gomes (2006) trouxe a fala de algumas educadoras em sua pesquisa, uma delas mostra claramente o quanto as educadoras pesquisadas diferenciam as crianças de acordo com sua genitália.

Não vou dizer que o homem e a mulher são iguais e que dependendo da formação que eles tiverem em casa ou na escola isso vai se tornar igual. Não, não vai porque biologicamente eles são diferentes. Os meninos são mais agitados que as meninas, são menos tolerantes que as meninas. As meninas compreendem mais quando tu explica as coisas, os meninos não né, tem que falar mais de uma vez porque eles querem usar a força. (GOMES, 2006, p. 39).

Além disso, Gomes (2006) identificou na sua pesquisa que os brinquedos também são direcionados (carrinhos e bolas para meninos e bonecas e casinhas para as meninas) e nas brincadeiras (agressividade e riscos para os meninos e fragilidade e delicadeza para as meninas) assim, moldando as crianças a padrões “considerados socialmente corretos”. Isso nos faz refletir como a família e a escola constituem autoridades na construção da identidade de gênero de nossas crianças. Gomes (2006) aponta que a relação binária entre meninos e meninas também parte das crianças quando um menino resolve durante a brincadeira fazer um bolo é visto por alguns colegas como “mulherzinha”.

Buss-Simão (2013) realizou sua pesquisa na Educação Infantil no município de Florianópolis. Destacou em suas observações que a construção de gênero está marcada por objetos, vestimentas, acessórios, cortes de cabelo, linguagens e gestos. Um fato observado pela autora é quando uma menina chega vestida de fada, logo um menino afirma que sua mãe lhe comprará uma roupa igual, na sequência outra menina entra na conversa e diz que ele não pode usar saia, pois é coisa de menina. “*o que é de menina, menino não pode usar*”. (BUSS-SIMÃO, 2013, p. 946). A autora afirma que o grupo de crianças pesquisado, 12 meninas e 03 meninos, brincavam entre si, havendo poucas situações de fronteiras de gênero. Porém, outras vezes as

meninas e os meninos se reúnem de maneira a enfatizar suas oposições. A autora considera o número reduzido de meninos no grupo e a idade fatores predominante para este fato, pois nessa idade as crianças se encontram em processo de construção de suas noções e posicionamentos de gênero.

As autoras Silva e Luz (2010) realizaram sua pesquisa com educadoras, analisando as concepções sobre a educação de meninos no contexto institucional. Observaram que os meninos, enquanto brincam, tendem a reforçar a imagem de força enquanto em relação às meninas, espera-se que brinquem com situações que remetem ao trabalho doméstico, como brincar de bonecas e de casinha. As autoras analisaram que a permanência dessas concepções e práticas entre as educadoras das instituições de Educação Infantil se reveste de certa ambiguidade tanto no cotidiano de suas ações educativas, quanto em situações em que são levadas a refletir a respeito dessas questões. Assim, as autoras afirmam a dificuldade das educadoras em encontrar um ambiente institucional que fortaleça novas situações, não pertencentes à cultura, que as faça refletir sobre as subjetividades masculinas e femininas.

Mariano e Altmann (2016) realizaram sua pesquisa na Educação Infantil com foco nas aulas de Educação Física. Observaram as crianças e entrevistaram os educadores. Durante as observações se depararam com dois professores: uma professora que valoriza o binarismo entre as crianças e um professor que manifesta contrário a esta questão. Neste momento irei destacar o que foi descrito referente às situações binárias, posteriormente (próximo tópico) destacarei o que as autoras explanaram sobre o professor. Nas aulas de educação física, a professora solicitava com frequência a formação de filas, para conduzir as crianças até o espaço das atividades e vice-versa, na qual as crianças automaticamente se separavam por meninos e meninas, sem nenhuma interrupção da professora nem favorável e nem contrária. As autoras, em entrevista com a professora, perguntaram se existia diferenças entre meninos e meninas nas aulas de educação física e a mesma respondeu de maneira a evidenciar o binarismo entre os gêneros.

Eu acho que os meninos são mais interessados. As meninas não tanto. As meninas eu acho que elas são mais... Elas conversam demais. Então elas gostam de ficar falando e falando, nem que seja para contar o que o fulano está fazendo de errado, do que vivenciar mesmo a brincadeira que a gente está fazendo. Elas ficam meio receosas assim de estar fazendo. Isso não é geral, logicamente. Porque tem aquelas meninas que fazem de tudo, querem ser as primeiras. O que é mais comum é as meninas não se interessarem tanto e ficarem meio receosas dependendo da atividade. (...) Eu acho os meninos muito mais interessados do que elas. Acho que até os meninos muito mais criativos do que as próprias meninas. Mas as que têm interesse acho que são mais criativas do que os meninos. As que se dispõem a fazer são mais espertas, elas pegam as coisas mais rápido, as manhas da brincadeira, as regras da brincadeira, elas seguem e já conseguem pensar: olha, mas e se fosse desse jeito... As que são

interessadas se sobressaem aos meninos, mas a maior parte dos meninos é mais interessada e se dedica mais. (MARIANO; ALTMANN, 2016, P.425)

As autoras Mariano e Altmann (2016) destacam na entrevista com a professora uma declaração da sua infância em que a mesma afirma que nas aulas de educação física o professor não deixava as meninas jogarem futebol, insinuando ser um esporte de meninos. A entrevistada mostra-se contrária e esta questão, porém na sua prática profissional continua seguindo os passos de seu educador, produzindo relações de gênero hierarquizadas e desiguais.

Mariano, Altmann e Uchoga (2012), depois de observarem uma atividade realizada por uma professora em que as meninas seguiram as regras ao contrário dos meninos, as autoras destacaram que essa característica pode estar relacionada a uma construção histórica, na qual as possibilidades de livre movimentação foram diminuídas para as mulheres, com base nos valores morais e biológicas.

Podemos observar que os autores acima citados, trazem situações de normatividade vivenciadas no cotidiano da Educação Infantil. Eles identificaram que as rotinas pertinentes em creches deixam claro o binarismo existente no dia-a-dia. Em momentos simples como nas brincadeiras e brinquedos, vestuário (relação entre as cores azul e rosa), na cultura dos adultos, na força dos meninos e na fragilidade das meninas. Desse modo, fica evidente a reflexão necessária que precisa ser realizada pelos educadores, pois na rotina da Educação Infantil está enraizada a cultura do binarismo.

Contudo, não se pode deixar de ponderar que o gênero é compreendido como decisivo nos desenvolvimentos e habilidades nas crianças. Ao longo do tempo e da própria infância oportunidades distintas são oferecidas a meninos e meninas, desenvolvendo habilidades, gostos e interesses distintos que poderão se propagar na vida adulta. (MARIANO, ALTMANN E UCHOGA, 2012)

No próximo tópico irei destacar as práticas voltadas à desconstrução binária na Educação Infantil. Será que nas pesquisas realizadas pelos autores selecionados algum educador conseguiu observar a desconstrução binária? Homens atuando como professores na Educação Infantil pode desconstruir o binarismo? O que podemos fazer para abolir e/ou diminuir o binarismo na Educação infantil?

4.3 PRÁTICAS VOLTADAS A DESCONSTRUÇÃO DO BINARISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Como analisamos no tópico anterior, são diversas situações em que encontramos a reprodução binária no cotidiano da Educação Infantil. Quando nos deparamos com as observações em campo, explanada pelos autores, verificamos o quão frequente e banal os educadores reproduzem a pedagogização dos corpos.

Os autores Gomes (2006), Buss-Simão (2013), Silva e Luz (2010), Mariano e Altmann (2016) e Mariano, Altmann e Uchoga (2012), que realizaram pesquisas de campo, comentaram situações que apresentam a reprodução binária do gênero na Educação Infantil. Entretanto, durante suas observações em campo, as autoras Mariano e Altmann (2016) destacaram um educador que apresenta uma postura diferenciada das demais relatadas.

O professor de Educação Física, citado por Mariano e Altmann (2016), trabalha com a Educação Infantil. No decorrer das observações, ele mostrou uma postura perante as relações de gênero diferenciada dos demais educadores. Foram em inúmeros momentos que o professor tomou uma conduta de desconstrução do binarismo: conversava com as crianças sobre as atividades propostas e depois solicitava que as mesmas escolhessem quais desejavam realizar; não fazia uso de filas para deslocar as crianças de um ambiente para outro; não dividia as crianças por sexo durante as atividades e, se houvesse necessidade de grupos, separava as crianças de maneira mista, realizando interação entre meninos e meninas; não utilizava os termos meninos e meninas, mas sim crianças, usando, portanto, uma linguagem que não determina a separação de gêneros; o planejamento das aulas oferecia autonomia e liberdade frente às escolhas das atividades a serem praticadas pelas crianças, não trazia marcas de separação entre meninos e meninas.

Contudo ao ser entrevistado pelas autoras Mariano e Altmann (2016), o professor abordou o tema relações de gênero de forma antagônica à sua prática educacional. Ao ser indagado sobre existência ou não das diferentes habilidades entre meninos e meninas ele responde:

“Eu acho que agora, eu diria que não. Não tem diferença de habilidade entre meninos e meninas. Pela idade. Porque eles estão brincando de tudo ainda. Eu acho que isso vai acontecer mais lá para frente. Acho que passa aí pela primeira fase do fundamental e na 5ª série já acontece, porque daí, elas param de brincar de umas coisas e eles também param de brincar de outras, mas por enquanto... Aqui a gente não trabalha com esporte. Não tem então essa coisa do esporte. As brincadeiras, todos eles brincam de tudo. Então, eu não percebo diferença. Tem diferença da experiência da criança, que não depende do sexo.” (MARIANO; ALTMANN, 2016, p.427).

O professor afirma ter diferença nas habilidades entre meninos e meninas quando com mais idade, talvez pelas escolhas feitas pelas próprias crianças. Porém, o professor desconhece, ou pelo menos não menciona saber, que as escolhas feitas pelas crianças são frutos do que apresentamos a elas, ou seja, da cultura vivenciada por elas. Não sendo relacionada com os sexos.

Em outro momento o professor de Educação Física contradiz novamente sua prática de desconstrução binária. Quando menciona a dificuldade do uso de bolas nas suas aulas, afirma:

“Com as crianças, tem uma coisa que eu acho que é difícil. Agora nesse meu terceiro ano, estão acontecendo umas atividades com bola, chega perto de futebol, mas não é futebol. Aparece o preconceito de que é jogo para menino, daí você senta, conversa. Tem umas meninas que jogam tudo que você propõe, elas jogam de tudo. Tem uma menina da tarde, que ela só tem irmão, fica na rua o dia todo, cai, levanta, brinca de lutinha com os meninos, faz tudo. E aí, tinha uma vez que não queriam deixá-la jogar porque ela era menina. Daí senta, conversa. Depois todo mundo queria ser do time dela, porque ela é muito boa mesmo, é incrível. Então, é legal.” (MARIANO; ALTMANN, 2016, p.431)

Neste momento o professor deixa transparecer que, para ser “boa” e “incrível” na prática do futebol, a menina precisa pertencer a um universo em que a figura masculina esteja presente, exercendo influência direta para o desenvolvimento dessa capacidade. Mais uma vez os relatos do professor mantêm a construção binária, ao contrario de sua prática.

Como podemos observar, nossos educadores não estão aptos a romper com o binarismo, talvez por desconhecimento sobre a temática. No caso do Professor de Educação Física, relatado pelas autoras Mariano e Altmann (2016), esse se mostrou o único professor, de acordo com o material abordado neste TCC, que em suas práticas educacionais não reproduzem os binarismos no que se refere à categoria gênero na Educação Infantil. Entretanto, como observamos em suas falas, o professor ainda não possui conhecimento teórico relacionado ao assunto gênero.

Como desconstruir o binarismo na Educação Infantil? Após analisar as pesquisas mencionadas neste TCC, podemos afirmar que a temática gênero certamente não esteve presente na formação de graduação dos nossos educadores ou, pelo menos, não de maneira eficiente para ser incorporada em suas práticas pedagógicas. Uma maneira de conscientizar os educadores seria por meio da formação continuada que, certamente, contribuiria para a emergência de uma nova perspectiva para a prática docente.

Em apenas um dos artigos selecionado para esta pesquisa, as autoras Ciaffone e Gesser (2014) integram saúde, psicologia e educação, afim, de realizar formação continuada para educadores de uma creche de Florianópolis a respeito da sexualidade das crianças. As autoras afirmam que um grande desafio dos educadores que atuam na Educação Infantil é lidar com a sexualidade no contexto escolar, devido aos discursos higienistas, morais e religiosos que abordam a temática como algo pertencente somente ao mundo adulto. A formação continuada busca a compreensão da sexualidade como inerente ao desenvolvimento da criança, podendo desse modo romper com processo de patologização dessas expressões, recriando um novo pensar e agir no cotidiano escolar.

Ciaffone e Gesser (2014) afirmam que, para uma formação continuada de qualidade, torna-se necessário partir do ponto inicial, ou seja, quais as dúvidas sobre a temática e o que os educadores já conhecem sobre tal. As principais dúvidas das educadoras, que participaram desta formação, estavam em como lidar com a expressão sexualidade vindas de questionamentos das crianças e dos pais. Então, no primeiro momento, buscou com as educadoras resgatar a construção de infância, pênis e vagina e por que esses dois últimos estão relacionados à vida adulta. Assim, percebeu-se as dificuldades das educadoras em lidar com tal expressão e como consequência acabavam por desconsiderar e reprimir a sexualidade em cotidiano pedagógico. No decorrer da formação, algumas educadoras realizaram reflexões importantes sobre o papel da escola em desqualificar os gostos dos estudantes e suas famílias, principalmente, aquelas que apresentam novas possibilidades culturais, fugindo do considerado “normal” para nossa cultura, moral e religião. Ao finalizar a formação, as autoras Ciaffone e Gesser (2014) observaram uma desestabilização dos conceitos relativos à sexualidade infantil, podendo abrir um novo espaço para práticas educacionais.

Ao estarem conscientes da sexualidade infantil, podemos esperar que as educadoras rompam com o binarismo, pois essa expressão está diretamente relacionada com as questões relativas a gênero. Compreender que a sexualidade está presente no cotidiano de nossas crianças é abrir uma porta com novas perspectivas para a desconstrução binária na Educação Infantil.

A formação inicial ou continuada de nossos educadores deve levar em consideração a necessidade vivenciada no cotidiano da Educação Infantil. Ela se faz necessária para que os professores possam se apropriar dos pressupostos teóricos e metodológicos relacionados às questões de gênero, sexualidade e infância. Como temos observado por meio dos artigos analisados nesta pesquisa, as questões de gênero estão presentes na Educação Infantil das maneiras mais diversificadas, e ter educadores preparados para lidar com elas é fundamental.

4.3.1 Homens na Educação Infantil: esse é um lugar possível para eles?

Ao selecionar os materiais para esta pesquisa de TCC, fui surpreendida com outra questão que de certa forma envolve o binarismo na Educação Infantil: Por que a grande maioria dos profissionais que atuam nas salas de aula são mulheres? Que práticas devem ser tomadas para desconstruir esse tipo de binarismo? Diante dessas indagações 04 (quatro) autores, Monteiro e Altmann (2014), Sousa (2015), Arce (2001) e Zibetti (2007), realizaram pesquisas voltadas à temática “homens na Educação Infantil”.

Monteiro e Altmann (2014) iniciam seu artigo revelando que a divisão sexual do trabalho social decorre das relações sociais entre os sexos, ou seja, os homens estão relacionados à esfera produtiva enquanto as mulheres, à esfera reprodutiva.

A educação de crianças pequenas é associada ao âmbito do trabalho doméstico e à esfera reprodutiva. A atuação profissional na área da Educação Infantil está relacionada à mulher, pois é significada socialmente como mais passiva, paciente, amorosa, materna que age com bom senso e sendo guiada pelo coração – características associadas ao feminino. (MONTEIRO e ALTMANN, 2014; ZIBETTI, 2007; ARCE, 2001)

De acordo com Sousa (2015), a presença de homens trabalhando como professores na Educação Infantil é algo raro frente à predominância do sexo feminino, pois é uma profissão que nasce feminina, uma vez que historicamente está ligada a educação e ao cuidado das crianças.

Os homens que atuam como docentes na Educação Infantil se deparam com questionamentos diante da sua orientação sexual. Como no imaginário social acredita-se que apenas as mulheres estão aptas a exercer essa função, o homem que opte por atuar na educação de crianças é solicitado a mostrar sua competência para tal. (SOUSA, 2015; MONTEIRO E ALTMANN, 2014)

Além disso, Sousa (2015) afirma que a chegada de um homem para atuar como docente na Educação Infantil é vista com grande preocupação pelas famílias e pelas profissionais mulheres por medo de que aconteçam casos de pedofilia, por influência da mídia e de casos realmente existentes. Monteiro e Altmann (2014) justificam que esta questão está relacionada ao cuidado com o corpo da criança pequena, principalmente nas crianças de 0 a 03 anos de idade. Desta maneira, muitos homens atuam com crianças de 03 a 05 anos de idade que não necessitam desses cuidados com tanta frequência. Sabemos que a Educação Infantil é um campo possível tanto para mulheres quanto para homens e que ambos têm a possibilidade de cuidar e educar das nossas crianças.

Sousa (2015) ressalta que muitos homens que iniciam sua trajetória como docentes na Educação Infantil dificilmente seguem carreira. Direccionam-se para cargos como coordenação, supervisão pedagógica, recreação e atividades de Educação Física.

Uma maneira de romper com esse binarismo existente na Educação Infantil, com o objetivo de possibilitar que as crianças observem que não existe distinção profissional para determinado sexo, é por meio de cursos de formação para professores que desconstruam a naturalização desse trabalho como vinculada ao feminino. É de grande relevância inserção, nos currículos, das questões de gênero para que se construam práticas menos binárias entre todos que frequentam a comunidade escolar. (ZIBETTI, 2007).

4.3.2 VIVÊNCIAS DOS PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste tópico, busco relatar as pesquisas de campo e entrevistas realizadas com os professores atuantes em sala de aula da Educação Infantil. Os autores Monteiro e Altmann (2014), Sousa (2015) e Zibetti (2007) realizaram, além de pesquisas teóricas sobre o assunto, pesquisas de campo com os docentes destacando a realidade vivenciada por eles.

Monteiro e Altmann (2014) destacam que a maioria dos professores homens entrevistados relatou algum tipo de estranhamento, deles próprios com a função e também com os “olhares dos outros”, por ser uma profissão exercida pela grande maioria de mulheres.

Sousa (2015) e Monteiro Altmann (2014) abordam situações relatadas pelos professores do sexo masculino por atuarem na Educação Infantil. Dentre as situações mais frequentes estão a apreensão de algumas mães quanto a conduta das meninas ao banheiro, sendo que nesse caso as meninas usariam o banheiro da sala da diretora com auxílio dela. Além disso, alguns professores sofreram abaixo-assinado solicitando a retirada deles da sala de aula; questionamentos quanto aos momentos de higiene e as situações na qual as crianças se machucam. Esses achados evidenciam o forte binarismo sofrido também com os adultos no espaço da Educação Infantil.

Já Zibetti (2007) realizou entrevistas com professoras questionando sobre a atuação masculina na Educação Infantil. Algumas educadoras destacaram que não concordam com homens trabalhando na Educação Infantil. Aqui destacarei 03 (três) falas de profissionais da Educação Infantil, por acreditar que essas respostas são as mais frequentes.

Elena/RM1: A mulher tem mais facilidade com isso, mais jeitinho, sabe? Já homem não! Eu acho que o homem é assim, mais bruto, mais grosso, mais braçal! Não vejo homem pegando menino no colo, pegando na mãozinha e lavando o cocô. Eu não vejo homem fazendo isso. (ZIBETTI, 2007, p.06)

Núbia/RM: [...] é que as mulheres são mais delicadas, tem delicadeza pra cuidar das crianças. Essa delicadeza faz com que a gente se apegue mais na criança. Já o homem não! Ele é mais rústico, ele prefere mexer mais com adulto, mais com o ensino fundamental, então eu acho que é esse o caso de **ter mais mulher do que homem**. (ZIBETTI, 2007, p.06)

Isa: [...] na creche, a gente tem que dar banho, tem que lavar, tem que cuidar, pegar no colo, lavar as partes íntimas da criança. Como que um homem vai passar a mão lá nos bumbunzinhos dos nenéns, nas intimidades de uma menina, por exemplo! Fica desconfortável pra ele, que pode despertar no homem... eu acredito! Porque eu já deixei a minha sala que eu amava de paixão e fui para cuidar de uma sala de três anos para que um professor que tava nos três anos fosse pra minha sala. Mas eu fui pelas crianças! (ZIBETTI, 2007, p.07)

Diante dessas falas, podemos perceber o quanto o binarismo se encontra presente nas instituições de Educação Infantil, seja na relação adulta-criança e adulto-adulto.

Um dos professores entrevistados por Monteiro e Altmann (2014) destacou a potência da inserção de homens atuando na educação infantil para a desconstrução da noção de masculinidade hegemônica, associada a violência e a autoridade, o que possibilitou a visibilização do professor-profissional e do professor-pessoa.

Por outro lado, Sousa (2015) foi em busca do que as crianças pensam sobre ter como educador um profissional do sexo masculino. A autora conversou com várias crianças do mesmo grupo e concluiu que a grande maioria não leva o gênero e o sexo como elementos definidores, mas sim suas práticas pedagógicas, ou seja, como o professor interage com elas e as experiências positivas vivenciadas.

Finalizo deixando uma reflexão, os estereótipos masculino e feminino são narrativas culturais disponíveis à todas as pessoas desde a infância, até mesmo antes da criança perceber as diferenças entre os sexos. Contudo, a educação pode contribuir para a perpetuação desses estereótipos se não for percebido que as diferenças entre homens e mulheres são socialmente construídas e não naturalmente determinadas. (ZIBETTI, 2007).

Acredito que nós, adultos, principalmente educadores, conseguiremos desconstruir o binarismo na Educação Infantil a partir do momento em que tomarmos consciência da igualdade de gênero na nossa prática pedagógica e não apenas na teoria.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a presente caminhada de pós-graduação, foi planejado realizar o TCC sobre a temática que atrelasse gênero e Educação Infantil. Poder aprofundar o estudo no assunto pelo qual se tem interesse, gênero na Educação Infantil, foi muito gratificante. Durante este caminho, foram encontrados alguns obstáculos, principalmente a falta de tempo, mas nada que fizesse desistir de realizar esta pesquisa.

As relações de gênero passaram ao longo do tempo por diversas fases, principalmente na luta das feministas por igualdade de direitos entre homens e mulheres. Luta esta, que ainda se encontra presente nos dias atuais. Ficou evidente, durante a pesquisa, que estamos “amarrados” a questões culturais de nossos antepassados em que a maioria dos homens possui mais direitos e ainda há na cultura uma ideia de que as mulheres devem ser submissas.

Falar sobre gênero na Educação Infantil nos permite observar como nossa sociedade está compreendendo esta temática na atualidade. Sabemos que é a partir da Educação Infantil que as crianças têm seu primeiro contato com a sociedade, saindo do convívio apenas familiar. Nos artigos pesquisados, foi ressaltado que aos meninos ainda se atribui o estereótipo de que são mais fortes, bagunceiros, corajosos, brigões entre outros adjetivos. Já em relação às meninas, espera-se que sejam carinhosas, responsáveis, delicadas e comportadas. Adjetivos estes que não comportam o momento que vivenciamos, ou seja, ser menino ou menina não está relacionado com o sexo biológico. O ser menino ou menina deve estar relacionado com o que a criança se designa, mesmo sendo muito pequena para realizar essa escolha de maneira definitiva. A criança, ao longo de sua trajetória na escola, vai sinalizando suas preferências que não necessariamente estão de acordo com o que a sociedade espera do seu sexo biológico.

Mas de que forma os professores, pais/responsáveis¹ e demais integrantes da comunidade escolar podem conseguir desconstruir o binarismo existente na Educação Infantil e na sociedade? Aquedito que, primeiramente, o educador deve estar disposto a sair de sua “Zona de Conforto” e observar que os tempos mudaram e que a sociedade, em decorrência disso, deve refletir sobre o seu modo de pensar e compreender a construção de gênero como híbrida, polimorfa descolada do sexo. Não podemos nos prender a uma cultura que evidencia a pedagogização dos corpos e que não é capaz de compreender o ser humano como um todo, apenas sua genitália. Para que essa reflexão consiga chegar às salas de aula, torna-se necessário

¹ Coloco responsáveis pois, além da família tradicional (nuclear) e depois de diversas transformações sociais e culturais, atualmente temos diferentes estruturas familiares.

que o professor tenha uma formação continuada, já que na maioria dos cursos de graduação essa temática não é contemplada na estrutura curricular. Por meio da formação continuada o educador terá a oportunidade de aprofundar nas questões referentes a temática gênero na Educação Infantil e, certamente, observará que está esta mais presente do que imaginava, ou seja, nos brinquedos, brincadeiras, livros infantis, higiene corporal, relacionamento entre crianças/crianças e/ou crianças/adultos e/ou adultos/adultos. As questões referentes ao gênero estão presentes no cotidiano da Educação Infantil e romper com o binarismo existente é tarefa do professor que deve estar capacitado para dialogar sobre a temática e incluí-la em suas práticas pedagógicas.

Realizei esta pesquisa por trabalhar e acreditar que é a partir da Educação Infantil que poderemos modificar a realidade de nossa sociedade no que se refere aos binarismos e fundamentalismos que oprimem crianças que expressam o seu gênero e a sua sexualidade de forma dissonante da norma. Por fim, acredito que, desconstruindo os binarismos hoje, poderemos contribuir para a construção de uma sociedade definitivamente acolhedora de todas as diferenças de estar no mundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcos Teodorico Pinheiro. **Brincar Cooperativo: vivências lúdicas de jogos não competitivos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

ANTUNES, Celso. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARCE, Alessandra. **Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil**. Cadernos de pesquisa, n 113, p.167-184, julho/2001.

BARDIN, L. (2000). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BECARO, Amanda Bento; DELLALIBERA-JOVILIANO, Renata. **RECREAÇÃO HOSPITALAR NA PEDIATRIA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA**. Revista EPeQ Fafibe, 3^a ed., 2011. Disponível em: <<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistaepeqfafibe/sumario/20/16112011142220.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016,

_____. **Leis diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 29 jun. 2016.

_____. **Estatuto da Criança e do adolescente (ECA)**. Lei Federal 8.069 de 13/07/1990. Brasília: Ministério da Ação Social/Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 25 jul.2016.

_____. **Constituição da Republica federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 21 set. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica**. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUSS-SIMÃO, Márcia. **Gênero como possibilidade ou limite da ação social: um olhar sobre a perspectiva de crianças pequenas em um contexto de educação infantil**. Revista Brasileira de Educação v. 18 n. 55 out.-dez. 2013.

CIAFFONE, Adriane Costa e Rocha; GESSER, Marivete. **Integração Saúde e Educação: Contribuições da Psicologia para a Formação de Educadores de uma Creche em Sexualidade Infantil.** PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2014, 34(3), 774-787

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte.** cadernos pagu (26) janeiro-junho de 2006: pp.279-287.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa.** 6ª Ed. Ver. Atualiz. Curitiba: Positivo, 2004

FILHA, Constantina Xavier. **Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 1/2014, p. 153-169. Editora UFPR

FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. Disponível em: <http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Rela%C3%A7%C3%B5es-de-genero-nas-brincadeiras-de-meninos-e-meninas.pdf>. Acesso em: 16 de Junho de 2016.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da Educação Infantil e processos de exclusão. Cadernos de Pesquisa, nº107, p.7-40. julho 1999.

FURLANI, Jimena. **Brinquedos infantis e o respeito aos animais domésticos – Estratégias a uma educação sexual infantil voltada a equidade de gênero.** In. FILHA, Constantina Xavier. org. Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012.

GIRONDI, J. B. & Santos, S. M. V. (2011). **Deficiência física em idosos e acessibilidade na atenção básica em saúde: revisão integrativa da literatura.** *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 32 (2), 378-84.

GOMES, Vera Lúcia de Oliveira. **A construção do feminino e do masculino no processo de cuidar crianças em pré-escolas.** Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006; 15(1): 35-42.

GRAUPE, Mareli; BRAGAGNOLLO, Regine. **As Diferenças de Gênero no Espaço Escolar.** Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015.

GROSSI, Miriam Pillar; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. **Entrevista com Joan Wallach Scott.** Revista de Estudos Feministas. v.6, n.1 (1998) Estudos Feministas, ISSN 0104-026X, Florianópolis, Brasil.

GUERRA, Judite. Identidades de gênero e sexual na infância. In. FILHA, Constantina Xavier. org. Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012.

HANSEN Janete; MACARINI Samira M.; MARTINS Gabriela D. F.; WANDERLIND Fernanda H.; VIEIRA Mauro L. **O brincar e suas implicações para o desenvolvimento infantil a partir da Psicologia Evolucionista.** Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum 2007; 17(2):133-143.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Infância, história e educação. In: _____. **Infância e Educação Infantil: Uma abordagem histórica.** 2ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 1998, p.15-42.

LEMOS, Lígia Mara Dolce; PEREIRA, Wilany Jesus; ANDRADE, Joseilze Santos and ANDRADE, Aglaé da Silva Araújo. **Vamos cuidar com brinquedos?**. Rev. bras. enferm. [online]. 2010, vol.63, n.6, p. 950-955. ISSN 0034-7167. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672010000600013>. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672010000600013&script=sci_arttext>.

Acesso em: 25 jul. 2016.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Identidades Fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas, SP. Mercado de Letras, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas**. Educação em revista. Belo Horizonte, n°46, p.201-218. dez. 2007.

MARIANO, Marina; ALTMANN, Helena. **Educação Física na Educação Infantil: educando crianças ou meninos e meninas?** cadernos pagu (46), janeiro-abril de 2016:411-438. ISSN 1809-4449

_____. ALTMANN, Helena; UCHOGA, Liane Aparecida Roveran. **Corpo e movimento: produzindo diferenças de gênero na educação infantil**. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 272550, abr./jun. 2012.

MENDES, K. C. S., Silveira, R. C. P., & Galvão, C. M. (2008). **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. *Texto & Contexto Enfermagem*, 17 (4), 758-764.

MONTEIRO, Mariana Kubilius; ALTMANN, Helena. **Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação**. *Cadernos de pesquisa* v.44, n.153, p.720-741, jul./set. 2014.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2000. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf>. Acesso em: 25 jul.2016.

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, M. & SARMENTO, M. **As Crianças: Contextos e Identidades**. Braga-Portugal: Universidade do Minho - Centro de Estudos da Criança, 1997, p. 9-29.

SCHMIDT, Gleisson Roberto. **Sigmund Freud, da psicoprofilaxia à educação psicanaliticamente esclarecida: um percurso**. *Paidéia* jan.-abr. 2011, Vol. 21, No. 48, 119-127

SILVA, Isabel de Oliveira e; LUZ, Iza Rodrigues da. **Meninos na Educação Infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero**. *cadernos pagu* (34), janeiro-junho de 2010:17-39.

SILVA, Francisca Jocineide da Costa. **Construções de identidade de gênero na primeira infância: uma análise da produção científica e do RCNEI**. 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. **Gênero e sexualidade nos pcns: uma proposta desconhecida.** GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação. 30ª Reunião Anual da Anped – 2007, UFSC – Florianópolis.

SOUSA, José Edilmar de. **Homem docência com crianças pequenas: o olhar das crianças de um centro de educação infantil.** 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis

VIANNA, Cláudia; FINCO, Daniela. **Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder.** cadernos pagu (33), julho-dezembro de 2009:265-283.

VIANNA, Cláudia Pereira and UNBEHAUM, Sandra. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002.** *Cad. Pesqui.* [online]. 2004, vol.34, n.121, pp.77-104. ISSN 0100-1574. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742004000100005>.

VIDAL, Fernanda Fornari; NEULS, Janaína Souza. **Contos de fadas modernos: ensinando modos de ser homem e mulher.** Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/V/Vidal-Neuls_54.pdf>. Acesso em: 16 de Junho de 2016.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 5ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria. **Gênero: um conceito importante para o conhecimento do mundo social.** Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto. **O que pensam professoras de educação infantil sobre a feminização da profissão docente?** GT: Gênero, Sexualidade e Educação / n.23. Agência Financiadora: CNPq, 2007.